

## Tijolo por Tijolo

### ***Caracterização das Condições de Infraestrutura do Entorno Domiciliar dos Municípios da RM de Campinas e suas possíveis correlações com a migração intrametropolitana***

**Tiago Augusto da Cunha**

Doutorando em Demografia  
ta\_cunha@yahoo.com.br  
Núcleo de Estudos de População (NEPO)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

#### **Resumo**

O presente estudo toma como lastro a construção e utilização de indicadores sintéticos, para fins comparativos e analíticos, entre as municipalidades integrantes da Região Metropolitana de Campinas (RMC) que versam sobre diferentes dimensões da infraestrutura do entorno dos seus domicílios urbanos. Diversos estudos sobre a questão migratória, especialmente a intrametropolitana, apontam para, essencialmente, dois grandes condicionantes do ato de migrar, são eles: a) o mercado de trabalho e b) o mercado de terras e habitacional. É sobre este segundo motivo que o presente estudo debruçar-se-á com maior atenção. Um dos primeiros pressupostos é que melhorias ou sua antítese, estagnação e/ou piora, tanto no acesso a terra/habitação, bem como na qualidade intrínseca (proximidade em relação a equipamentos públicos relevantes, abastecimento de água, coleta de lixo e esgoto, energia elétrica, etc.) destes elementos, podem estar correlacionadas com o direcionamento de fluxos populacionais de determinadas localidades para também determinados municípios e não outros. Por certo, as oportunidades de serviços e infraestrutura se enquadram na equação mais geral de incentivos e constrangimentos que “direcionam”, mesmo que indiretamente, os fluxos populacionais, haja vista que eles repercutem sobre o preço da terra e da moradia. Dessa forma, interessa observar quais são as possíveis frentes de expansão urbana da Região Metropolitana de Campinas e a composição de seus fluxos populacionais. Para tanto, foram utilizados os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, bem como do projeto temático “Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas”.

## Introdução

Muito tem se discutido sobre os reais motivos da migração intrametropolitana. A literatura sobre o assunto é vasta (CUNHA, 1994; RIGOTTI, RODRIGUES, 1994; JAKOB, 2003; SANTOS, 2008; SILVA, 2009) e mais ou menos consensual ao apontar dois principais: a) o mercado de trabalho através de suas oportunidades de emprego e b) o mercado fundiário habitacional e suas oportunidades de aquisição de terras e moradias. O escopo do presente estudo dar-se-á sobre este último.

Todavia, o arcabouço teórico utilizado, a fim de retratar e discutir os processos e motivos que estão por trás da migração intrametropolitana diferem imensamente entre si.

Para além da constatação de regiões cada vez mais interligadas/conectadas por meio de um sistema viário cada vez mais eficiente ou a implantação de tal ou qual equipamento (parque industrial, por exemplo) em determinada localidade, ou ainda, a construção de condomínios de alto padrão de um lado e vilas populares, ocupações e assentamentos irregulares de outro; parte-se aqui de uma “embocadura”/perspectiva um pouco distinta, a histórico-estrutural como apontada por Gottdiener (1990), onde o poder público é um agente central e catalisador das dinâmicas inerentes ao urbano, fosse através de uma política de forte atuação (planos diretores e ordenadores do solo urbano, por exemplo) ou pelo seu oposto, ou seja, pela omissão pura e simples. Nesse sentido, os motivos não residem necessariamente nos elementos (descritos acima – não queremos invalidar, contudo, sua relevância), mas sim nos processos que de certo modo os viabilizaram.

A mão pesada dos governos, atrelada a interesses que escapam de sua esfera de atuação imediata (privados ou não, vide os casos de construção de unidades prisionais em diversas cidades do Estado de São Paulo), repercutem, mesmo que indiretamente, no preço de dois elementos: a) inicialmente, da terra e b) por conseguinte, da moradia. Talvez dois dos principais motivos ou “o” principal motivo (já que são indissociáveis) da migração, principalmente tendo em vista recortes territoriais mais circunscritos e cuja malha viária é mais intensamente conectada, fato que viabilizaria a moradia em uma determinada localidade e o trabalho em outra, como é o caso das regiões metropolitanas.

As condições de acesso a infraestrutura (água, esgoto, energia, etc.) e disponibilidade de serviços (coleta de lixo, por exemplo) influenciam e são influenciadas, a sua

maneira, por estes valores, condicionando por meio deles quem vai para aonde. Nada melhor, portanto, do que sintetizar estas distintas dimensões do entorno urbano e seus possíveis significados para a migração intrametropolitana do que por meio da construção de um índice sintético com o intuito de apreendê-los.

Cabe, desde já, a ressalva de que os índices não direcionam os fluxos migratórios intrametropolitanos para determinados municípios, o mais plausível seria pensar que eles indicam diferenças, muitas vezes estruturais, entre as municipalidades da RMC e são estas diferenças um dos principais “motores” que fomentam os fluxos migratórios intrametropolitanos.

É claro, que a adoção de índices no tocante a infraestrutura domiciliar caracteriza apenas um dos inúmeros fatores que de algum modo compõem o preço da terra e da moradia; e mesmo este [preço] é também um dos inúmeros fatores que podem direcionar contingentes populacionais de determinadas localidades para outras internamente à RMC. Com isso, não queremos tomar “a parte pelo todo”. De fato há um vasto caminho entre as duas extremidades, disponibilidade e acesso a infraestrutura e serviços de um lado e migração de outro, todavia, ambas possuem as suas “superfícies de contato”, uma vez que podem estar associadas a sua maneira, influenciando-se mutuamente (para o “bem” ou para o “mal”).

Além destas primeiras idéias e pressupostos explicitados nesta pequena introdução, se faz necessário contextualizar a situação do mercado formal e informal de terras na RMC (item 1), bem como discorrer sobre aspectos mais gerais dos seus domicílios, já definindo para tanto alguns recortes metodológicos (item 2, do presente artigo).

É no item 3 que o índice, no caso, o intitulado Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar (**i IED**), será construído, visando captar diferenças estruturais do mercado fundiário/de terras e habitacional/demoradias entre os municípios da RMC, fato que pode dar os primeiros indícios dos motivos macro estruturais que estariam de fato fomentando os fluxos migratórios, principalmente os intrametropolitanos.

Já no item 4, esta possível correlação entre disponibilidade e acesso a infraestrutura e serviços e fluxos migratórios é minimamente abordada.

Por fim, o presente estudo é ainda composto por uma pequena conclusão que ao menos se esforça por alinhar as “pistas” dadas nas seções precedentes.

## i. Mas antes... Breve contextualização sobre a RMC

*Afinal, não há tabula rasa*

A Região Metropolitana de Campinas, composta por 19 municípios e por aproximadamente 2,5 milhões de habitantes segundo dados do Censo Demográfico 2000, é hoje uma das mais importantes regiões do país, não apenas por sua força econômica, mas também por se tratar de um dos mais importantes pólos tecnológicos brasileiros.

*“Sua invejável infra-estrutura – rodovias, ferrovias, aeroportos, gasoduto -, a qual lhe assegura a articulação com os principais mercados e cidades brasileiras, associada à presença de moderno parque industrial e à variada gama de instituições de ensino, contribuíram para que a região recebesse grande parte de investimentos mais intensivos em tecnologia realizados no país nos últimos dez anos. As empresas já instaladas no município e na região constituem um ambiente extremamente favorável à atração de novas unidades empresariais. [...] Campinas é uma cidade onde são criadas novas empresas de base tecnológica, onde se faz ensino e pesquisa de qualidade e que polariza uma vasta área industrial e agroindustrial rica e diversificada.”*

(CAIADO; PIRES, 2006; p.292 e 294)

O crescimento e a expansão da RMC estiveram diretamente ligados à migração, especialmente aquela proveniente de fora da região.

A partir dos anos 60, e principalmente depois dos 70, Campinas e outros municípios da atual RMC, tais como: Americana, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Indaiatuba, recebem grandes investimentos governamentais, tornando-se um dos maiores eixos de expansão industrial no interior do estado, devido, em grande parte, ao processo de desconcentração industrial verificado a partir da Região Metropolitana de São Paulo (NEGRI; 1992, CANO; 2008), fato que muito intensificou o ritmo de crescimento populacional em toda a região, mas crescimento este principalmente verificado no seu município sede, no caso, Campinas, desdobrando-se, porém, em um crescimento desordenado, com todos os problemas deletérios daí decorrentes e tão semelhante a de outras grandes metrópoles: falta de moradia e o conseqüente processo de favelização, loteamentos irregulares e clandestinos, especulação imobiliária desenfreada, baixos salários, etc. (CUNHA et alii., 2006).

Este processo foi caracterizado essencialmente por um padrão de crescimento físico horizontal com espaços descontínuos, de ocupação rarefeita, principalmente nas

direções sudoeste e sul, estendendo a periferia para além dos limites municipais da sede regional, absorvendo progressivamente porções dos municípios vizinhos. Este tipo de expansão urbana foi resultado tanto do impacto das políticas públicas setoriais, (como por exemplo, a de transportes), como, e talvez principalmente, pela ação especulativa mercantil dos mercados imobiliários (CUNHA et alii., 2006). Quando, por sua vez, os dois fatores se manifestavam conjuntamente, seus efeitos foram os mais perversos possíveis, acarretando, por exemplo, áreas cada vez mais socialmente segregadas e isoladas geograficamente entre si e em relação ao centro/sede.

Se até então os movimentos migratórios interestaduais e mesmo intraestaduais eram os “motores” da expansão urbana principalmente da cidade de Campinas, em décadas mais recentes, essencialmente a partir da década de 80 há, porém, um claro processo de desconcentração populacional deste mesmo núcleo em direção aos seus municípios limítrofes. Mais do que um processo de desconcentração poderíamos pensar em um processo de “expulsão” que culminou na redistribuição populacional de parte dos indivíduos e famílias até então residentes na sede por meio de diversos incentivos e constrangimentos (CUNHA, 1994), mas que sem dúvida, a valorização fundiária e imobiliária cumpriu papel fundamental.

Ou seja, trata-se de um momento de inflexão, onde os movimentos migratórios intrametropolitanos passam a assumir papel cada vez mais central no processo de expansão da região, ou melhor, de redistribuição da população, a partir de novos vetores.

A redistribuição populacional é aqui utilizada como noção central, pois ela pode definir a real dimensão do processo segregatório metropolitano, visto que contempla todos aqueles que não conseguiram se fixar na sede metropolitana, uma vez que seus valores de solo e moradia tornam-se inacessíveis a estes ou tão convidativos a especulação imobiliária, já que estão tão aquecidos que sua venda - e conseqüente compra de outro lote ou imóvel em município mais periférico e cujo solo é mais desvalorizado financeiramente em relação a sede - acaba por gerar um excedente não trivial.

Interessantemente, tal processo de redistribuição populacional pautado por processos especulativos não foi pautado tão somente pelos menos favorecidos financeiramente; foi composto também por estratos populacionais mais abastados. Como desdobramento imediato de tal processo contextual, a RMC é uma região altamente segregada, como atesta o estudo de Cunha et alii. (2006). Há, nesse sentido, áreas restritas a cada grupo, bem como vetores de expansão voltados a cada grupo.

Não menos curioso é que apesar de serem vistos como “cidades-dormitórios” (fossem eles “ricos” ou “pobres”), vários destes municípios periféricos acabaram por desenvolver dinâmicas urbanas próprias, como por exemplo, a instalação de novos e próprios parques industriais. Daí decorrente, há também um novo corolário de novas periferias que não gravitam necessariamente entorno de Campinas, mas sim entorno dos seus municípios imediatos. Trata-se do caso de Americana, uma vez que este incorpora sob sua esfera de influência os municípios de Santa Barbara d’Oeste e Nova Odessa. Esta disseminação de periferias ou esta segunda esfera de periferias é relevante para a compreensão de determinados fluxos migratórios intrametropolitanos que não se originam e destinam necessariamente da sede da RMC, ou seja, é relevante para a compreensão de determinadas trocas populacionais ocorridas entre determinados pares periféricos em relação a sede.

Contudo, ainda que cada subcentro regional tenha muitas vezes adquirido dinâmicas urbanas próprias, tal fato não se desdobrou de modo causal em incremento da qualidade de vida; a RMC continua apresentando alta concentração de pobreza, desemprego, violência, desenvolvimento socioeconômico desigual, e, sobretudo, um forte grau de segregação social em seu território<sup>1</sup>, onde não só as desigualdades sociais imperam, como também as desigualdades de acessos a infraestruturas e amenidades urbanas, assunto este que é preocupação central deste artigo. Desse modo:

*“Aquela Campinas da população mais abastada não apenas é muito distinta daquela reservada para a população de mais baixa renda, em termos das disponibilidades de infra-estrutura e serviços, como também o é em termos dos espaços ocupados por ambas as camadas sociais.”*

(CUNHA et alii., 2006; p. 338 – o grifo é meu)

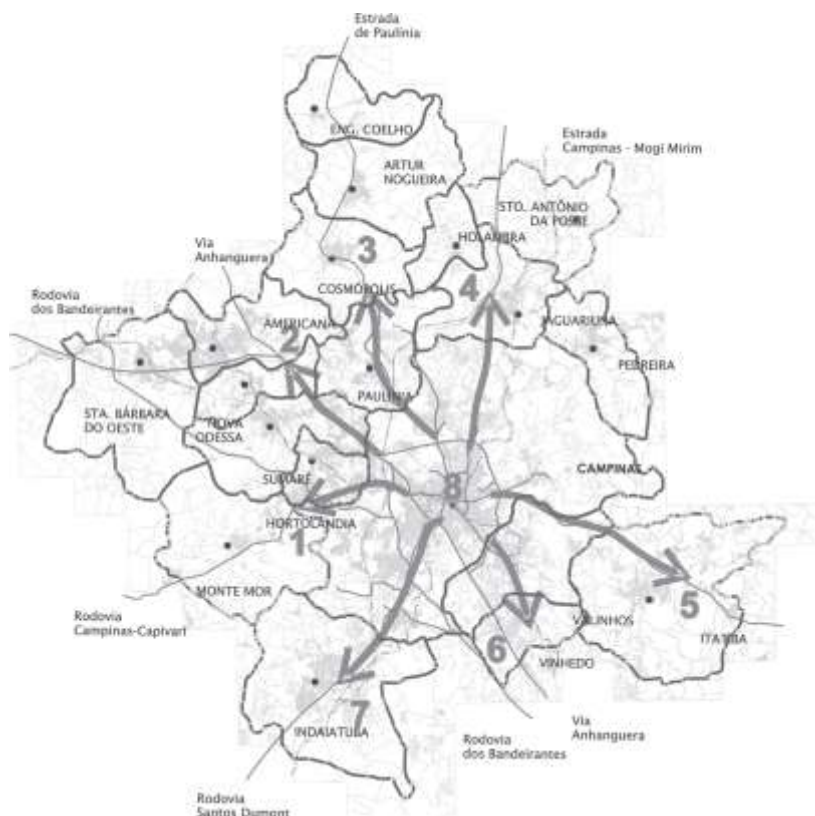
Não é casual, portanto, que há um intenso processo de periferização na região. Contudo, como discorrido até o momento, há aqui particularidades. Afinal, ele não se espalha de forma homogênea para todas as direções, nem com a mesma intensidade e nem com as mesmas propriedades e características.

---

<sup>1</sup> Na verdade, cada uma das subcentralidades reproduz, a seu modo, os mesmos processos pautados por Campinas.

Caiado e Pires (2006) sugerem no mínimo 7 vetores de expansão, curiosamente norteados por eixos viários, mas de modo ainda mais notório, direcionados por processos especulativos do solo urbano.

**Figura 1 – Eixos de Expansão Urbana – Região Metropolitana de Campinas**



**Fonte:** reproduzido a partir do artigo de Caiado e Pires (2006).

Contudo, mesmo seu crescimento (populacional e, conseqüentemente, territorial<sup>2</sup>) é, como seria de se pressupor, é desigual. Segundo as autoras, o Vetor 1, que abrange os municípios de Monte Mor, Sumaré, Hortolândia e a região sudoeste de Campinas, e onde se concentram as populações de mais baixa renda, apresentou a maior taxa média anual de crescimento populacional, de 5,32%, seguido pelo Vetor 7, formado pela região sul de Campinas e o município de Indaiatuba. Ademais, o Vetor 1 é aquele que apresentou o maior número de viagens pendulares, geradas pela necessidade de inserção produtiva da população, especialmente com o centro metropolitano. Trata-se de mais um fator que atesta o processo especulativo do solo urbano e o deslocamento de parte da população em direção a áreas mais acessíveis

<sup>2</sup> Mesmo que aqui não sejam apresentados valores específicos sobre este tipo de crescimento, o trabalho de Caiado e Pires (2006) nos leva a crer que a expansão urbana destas áreas é notória. Para tanto, vide seu Mapa 1 (Evolução da Mancha Urbana – Região Metropolitana de Campinas, 1989-2000; pg. 8)

financeiramente, mas que não comportam suficientes oportunidades de emprego e renda, estas ainda concentradas na sede da RMC.

Mas, como dito anteriormente, os vetores de expansão são por demais heterogêneos entre si. Ou seja, há também aqueles que são compostos prioritariamente por populações de alta renda. Dessa forma, é possível observar na RM de Campinas uma “cordilheira da riqueza”, na porção leste da região, em oposição à maior concentração de população de mais baixa renda à oeste<sup>3</sup>. Neste sentido, a rodovia Anhanguera representa um verdadeiro “divisor de águas”, separando o centro da periferia sul do município.

*“Enquanto os espaços ao sul da rodovia seriam constituídos por uma população com menor poder aquisitivo e com domicílios mais precários, do outro lado da rodovia, nos anos 90, começa a delinear-se uma “cordilheira da riqueza”, um espaço caracterizado predominantemente por famílias menores, mais abastadas e **morando em domicílios não apenas com melhor infra-estrutura, mas também com uma rede de serviços de melhor qualidade que aqueles da outra área citada**”*

(CUNHA et ali., 2006 – o grifo é meu).

Tais estudos atestam/comprovam diferenciais significativos e internos a região que repercutem diretamente no preço da terra e da moradia, por conseguinte, na apropriação de determinadas áreas por determinados estratos sociais. Contudo, será que o progressivo aumento do preço da terra e incremento de infraestruturas e amenidades urbanas estão de fato direcionando fluxos migratórios, na verdade, deslocando indivíduos para determinadas áreas da região? Caiado e Pires (2006) e Cunha et alii. (2006) sugerem que sim. Mas antes de enfrentarmos a questão vale a pena traçar um breve panorama das condições de habitação da RMC.

---

<sup>3</sup> Bem como da pobreza, descrita no parágrafo anterior.



## 1. Mercado “Formal” versus Informal de Habitação

*Afinal, o registro importa*

Uma primeira tentativa de caracterização da condição habitacional da Região Metropolitana de Campinas passa pela problemática, no caso, chave, entre mercado formal e informal de habitação/moradia. Trata-se de um primeiro esforço em discorrer sobre o assunto ainda a partir de uma visão geral do processo de mercantilização do solo urbano, especificamente o metropolitano, visto que talvez seja ele aquele que mais corriqueiramente “vivencia” este constante assédio.

Tal distinção é deveras relevante, uma vez que o direito legal de posse do terreno e/ou do domicílio<sup>4</sup> abre inúmeras oportunidades (ou restrições<sup>5</sup>) aos seus proprietários – poderíamos pensar em algumas delas: oportunidade de financiamentos diversos e crediários, acesso a infraestrutura básica (abastecimento de água e coleta de esgoto e resíduos sólidos, essencialmente), etc..

Cunha (1994), Rigotti e Rodrigues (1994) e Jakob (2003), ao abordarem as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte e Baixada Santista respectivamente a partir de uma perspectiva demográfica e migratória, reiteram a importância do fator habitacional como um dos possíveis condicionantes da equação mais geral de incentivos e constrangimentos dos seus movimentos intrametropolitanos.

Cunha (1994) menciona, por exemplo, as possíveis relações entre mercado fundiário/habitacional e as distintas etapas migratórias dos indivíduos na região de destino. Dessa forma, em um primeiro momento, mais especificamente o de chegada à região, o indivíduo recém aportado tenta se fixar no município sede, tendo em vista principalmente as oportunidades de inserção no mercado de laboral aí proporcionadas. Contudo, os elevados preços de moradia (ou aluguel) e aquisição de

---

<sup>4</sup> Há aqui duas dimensões distintas. A primeira se refere ao processo de legalização da terra, já a segunda ao mesmo processo (legalização) só que do domicílio/edificação. Ou seja, o terreno pode ser legal (projeto de loteamento e/ou desmembramento devidamente aprovado pelo poder competente – geralmente o municipal, mas muitas vezes também o poder estadual), contudo a habitação sobre este não (vide os inúmeros casos de empreendimentos do CDHU irregulares no Estado). Seria impensável o caso contrário, ou seja, uma habitação devidamente aprovada sobre um terreno irregular. Contudo, pasmem, ela é muito mais corriqueira do que se imagina, são também inúmeros os casos de leniência do poder público com esta segunda situação, visto que se trata de uma forma de incremento de arrecadação por meio do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

<sup>5</sup> A legalização pode onerar em demasia aqueles que até então se encontravam em áreas de ocupação. Um exemplo, são as infra-estruturas que não adentravam neste espaço, daí derivado, o gasto com pagamentos de luz e água podem ser encarados como fatores/elementos de atrito, uma vez que muitos não permanecerão nestes locais devido as mesmas.

terrenos para a autoconstrução na sede, os fazem procurar outras oportunidades de moradia mais acessíveis financeiramente em municípios cada vez mais distantes em relação ao centro geográfico da região; ou ainda, buscar outras saídas, como se fixar em favelas, cortiços, áreas de risco e no geral áreas com algum tipo de impedimento a regularização, cujos valores são muito menores em comparação a áreas devidamente regularizadas.

Jakob (2003), por sua vez, também se utiliza da intensa valorização do solo urbano no município de Santos como um dos elementos condicionantes do processo de redistribuição populacional da sua população; numa espécie de “extravasamento” em direção aos seus municípios vizinhos até mesmo pelas características geográficas e já saturadas da sede metropolitana, no caso, Santos.

É mais do que consensual que, em um espaço de disputas, principalmente pelo solo urbano, logo, por localizações como definido por Villaça (2000), como é o metropolitano, determinadas áreas são mais apropriadas por específicos estratos de população (principalmente segundo sua renda). Estudos como o de Caiado e Pires (2006) e Cunha et ali. (2006) explicitam esta lógica torpe de segregação socioespacial. Ou seja, pelo menos estes estudos foram felizes e já comprovaram, a partir de métodos diversos, que o mercado fundiário/habitacional foi um dos motores de ocupação de determinadas áreas periféricas. Contudo, será ele também um dos principais motores que motivaram o “desraizamento”/deslocamento<sup>6</sup> das populações de determinadas áreas em direção a outras?

Parte-se, dessa forma, do pressuposto que o valor da terra e da moradia segundo sua condição de regular/irregular seria um grande incentivo ou constrangimento [financeiro] ao migrante, ou seja, que este mesmo processo de valorização fundiária/imobiliária foi um dos fatores de “expulsão” de população de determinados locais, mas de modo *pari passu* foi também responsável pelo “direcionamento” desta mesma população para outros. É intrínseca a esta perspectiva uma espécie de seletividade migratória, onde o valor da terra é peça fundamental para a compreensão do fluxo migratório daí derivado.

---

<sup>6</sup> O termo “desplazamiento” utilizado usualmente pelos pesquisadores de língua espanhola é muito mais adequado e sensível ao sentido aqui proposto. Contudo, na falta de um termo mais apropriado a nossa língua mãe, utilizaremos aqui o significado inerente a palavra desraizamento.

Cabe ressaltar que, ao menos nesta seção, os dados utilizados se reportam a pesquisa realizada em 2007<sup>7</sup> pelo projeto temático “Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas” tomada a cabo pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Particularmente foram aqui utilizados os dados do Módulo 1 do questionário de pesquisa, intitulado “Características do Domicílio, do Entorno e Percepção Ambiental”.

A **Tabela 1** tenta captar a situação de regularização em que se encontram os loteamentos (a - regularizado, b - não regularizado e c - em processo de regularização) tendo em vista o todo, ou seja, a RMC.

**Tabela 1 – Situação de Regularização do Bairro/Loteamento – População Urbana, Região Metropolitana de Campinas, 2007<sup>8</sup>**

<b>Qual a situação de regularização do bairro/loteamento onde mora?</b>			
<b>Condição</b>	<b>N*</b>	<b>Exp.*</b>	<b>%</b>
<b>Não sabe</b>	107	28126	1.8
<b>Regularizado</b>	3482	1375115	87.9
<b>Não regularizado</b>	402	59138	3.8
<b>Em processo de regularização</b>	413	89310	5.7
<b>Não respondeu</b>	35	12781	0.8
<b>Total</b>	4.439	1.564.471	100.0
<b>Missing</b>	1.463	570.055	24.8

**Fonte:** Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

(\*) Valores Não Expandidos.

(\*) Valores Expandidos.

De modo geral, a grande maioria dos loteamentos da região são devidamente regularizados (aproximadamente 88%)<sup>9</sup>. No entanto, não é pouco expressivo o peso na composição geral dos loteamentos irregulares ou em vias de serem regularizados (processo este por vezes muito demorado), uma vez que os mesmos correspondem a

<sup>7</sup> É uma pena que grande parte dos dados desta pesquisa não possa ser comparada com aqueles provenientes dos Censos Demográficos precedentes, o que faz com que as análises se refiram a um momento específico no tempo, ou seja, 2007.

<sup>8</sup> Variável “A015 - Qual a situação de regularização do bairro/loteamento onde mora?” do questionário de pesquisa.

<sup>9</sup> Este dado precisa, no entanto, ser ponderado. Isto pois o mesmo é fornecido pelo próprio proprietário do imóvel onde se deu a entrevista. Ou seja, não foram levantados dados provenientes de outras fontes, tais como, o próprio poder público municipal. Nesse sentido, possivelmente a participação de irregulares pode ser significativamente maior do que a apontada nesta pesquisa. Ainda assim, ou seja, com estes “poréns”, trata-se de um dado relevante já que inexistem em outras fontes secundárias.

aproximadamente 10% do mercado fundiário metropolitano, cifra esta notável. Quando nos atemos aos valores absolutos, temos a real dimensão da questão [e do passivo gerado ao longo das últimas décadas]. Dessa forma, aproximadamente 150.000 indivíduos (148.228, para ser mais preciso) residem em algum loteamento sob a pecha da “irregularidade”.

Todavia, mesmo os dados dando conta de delinear um panorama geral da situação fundiária da região, muito provavelmente há diferenças internas significativas entre seus municípios integrantes, visto que suas realidades, inclusive habitacionais, em muito diferem entre si. Ou seja, mesmo compondo um uno administrativo, suas características econômicas, sociais, históricas, etc.. são deveras distintas (**TABELA 2**).

**Tabela 2 – Situação de Regularização do Bairro/Loteamento segundo Municípios – População Urbana, Região Metropolitana de Campinas, 2007<sup>10</sup>**

Qual a situação de regularização do bairro/loteamento onde mora?							
Municípios	Não sabe	Regularizado	Não regularizado	Em processo de regularização	Não respondeu	Total	
Americana	1.6%	98.4%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Artur Nogueira	.0%	86.1%	.0%	<b>13.9%</b>	.0%	100.0%	
Campinas	2.5%	<b>81.3%</b>	<b>5.8%</b>	<b>9.0%</b>	1.3%	100.0%	
Cosmópolis	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Hortolândia	.2%	<b>76.2%</b>	<b>13.8%</b>	<b>7.1%</b>	2.7%	100.0%	
Indaiatuba	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Itatiba	5.2%	94.8%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Monte Mor	14.3%	85.7%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Nova Odessa	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Paulínia	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Pedreira	.0%	93.1%	.0%	<b>6.9%</b>	.0%	100.0%	
Santa Bárbara d'Oeste	1.0%	83.3%	2.6%	<b>13.1%</b>	.0%	100.0%	
Sumaré	.9%	96.3%	.6%	1.8%	.5%	100.0%	
Valinhos	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
	<b>Exp.</b>	28127	1375115	59137	89311	12782	1564472
<b>Total</b>	<b>N.</b>	107	3482	402	413	35	4439
	<b>%</b>	1.8%	87.9%	3.8%	5.7%	.8%	100.0%

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

(\*) Valores Não Expandidos.

Como bem se pode notar os municípios de Santo Antonio de Posse e Vinhedo não foram aqui representados tendo em vista o caráter amostral da pesquisa. Ou seja, tendo em vista critérios amostrais nenhum indivíduo destas localidades foram captados/entrevistados segundo esta questão.

- o grifo é meu.

<sup>10</sup> Variável “A015 - Qual a situação de regularização do bairro/loteamento onde mora?” do questionário de pesquisa.

A partir dos dados, faz-se interessante notar a situação de ao menos dois municípios; quais sejam: a) Campinas e b) Hortolândia, haja vista que ambos são aqueles que apresentaram as menores porcentagens de loteamentos regularizados da RMC. Ambos apresentam características e vivenciam processos imensamente diferentes, ao mesmo tempo em que estão articulados entre si através de relações (inclusive populacionais – fluxos migratórios e pendulares “casa-trabalho”, “trabalho-casa”) que lhes são muito próprias.

De um lado, Campinas, sede da região, vista pelo entorno (e além dos seus arrabaldes/periferias) como “A terra de oportunidades”, já que é detentora de um vasto parque industrial, bem como de um forte setor de comércio e serviços. De outro, Hortolândia; município que foi alvo/destino de intensos e inúmeros fluxos migratórios, mas principalmente por aqueles oriundos de sua irmã maior, Campinas.

Os dados dão indícios, ajudando a corroborar visões mais do que discutidas e acordadas, sobre processos espúrios de segregação e formação de periferias<sup>11</sup> metropolitanas e assentamentos irregulares (BONDUKI; ROLNIK, 1982, MARICATO, 2000).

Há, primeiramente, nesse caso um processo de concentração de loteamentos irregulares em Campinas [sede] fazendo frente a um mercado fundiário extremamente especulativo, ou seja, a ocupação torna-se uma possível solução de inserção principalmente em localidades próximas ao trabalho. É dizer, a ocupação como um instrumento de enfrentamento.

Mas há também um outro lado, onde a ingerência do poder público com: uma fiscalização deficitária, planos e processos de planejamentos omissos (e pouco participativos - permitindo a existência de grandes áreas/terrenos inutilizados entre malhas urbanas consolidadas), ou ainda, funcionando como instrumento catalisador de uma lógica de particulares (loteamentos clandestinos), etc.. é conivente, ou pior, permite abertamente a construção bairros da incerteza como são parte dos loteamentos irregulares. Parece que é este o caso de grandes setores de Hortolândia.

---

<sup>11</sup> Aqui entendidas como áreas com infraestruturas de abastecimento de água, coleta de esgoto e resíduos e disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços públicos precários e insuficientes. Ou seja, não partimos de uma visão necessariamente geográfica de sua localização. Se bem que muitas vezes estas mesmas periferias se localizam em áreas mais afastadas do município.

Contudo, a segregação não é um processo restrito a sede ou ao seu principal eixo de redistribuição populacional. Basta para tanto atentarmos para a situação de Santa Bárbara D'Oeste, Monte Mor, ou ainda, Artur Nogueira, municípios considerados como outros relevantes eixos de expansão urbana e redistribuição populacional da região.

Dessa forma, os dados caracterizam a existência de um expressivo passivo concentrado tanto na sede como nas suas periferias. Ainda assim, vale destacar que seus condicionantes diferem entre si de acordo com a situação do município, ou seja, fosse ele sede ou não.

Ademais, estes mesmos dados corroboram os eixos algumas das hipóteses definidas nos estudos de Cunha et alii. (2006) e Caiado e Pires (2006), onde o Vetor 1 das autoras, composto pelos municípios de Hortolândia e Monte Mor, pode ser de fato a manifestação mais visível da “cordilheira da pobreza”.

Mas há também um outro possível vetor a ser considerado, o vetor norte, composto pelo município de Artur Nogueira, cuja proporção de loteamentos regularizados ultrapassa por pouco os 86%. Há que se ter cuidado ao afirmar que este é um outro eixo de redistribuição populacional nos mesmos moldes do Vetor 1 de Caiado e Pires (2006), afinal são necessários outros dados a fim de se verificar se de fato esta é uma verdade, contudo os dados sugerem que a cordilheira da pobreza pode estar se prolongando em direção ao Norte.

Assim como são necessários novos dados para se afirmar que a cordilheira da pobreza está se alongando em direção ao Norte, também são necessários novos dados para se retratar o que se sucede em Santa Bárbara D'Oeste. Contudo, a idéia de “periferias da periferia” explica em grande medida a realidade fundiária de Santa Bárbara. Isto, pois seu passivo fundiário está em grande medida associado ao processo de periferização oriundo de Americana, sofrendo, pois, dos mesmos processos segregatórios vivenciados por outras municipalidades em relação a sede.

Parece, portanto, que a caracterização do solo urbano em regular e irregular já sugere indícios da forma como estas áreas estão sendo apropriadas e por quem estão sendo apropriadas, conformando antigos vetores de expansão, mas mais interessante, criando novos. Contudo, só um elemento foi aqui levado em consideração: o solo. Será que a incorporação de um outro elemento – a própria habitação – pode corroborar estes primeiros indícios?

## 2. Acerca dos Domicílios da RMC através dos Censos de 1991 e 2000

*Afinal, um teto importa*

Os dados aqui utilizados são provenientes dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, uma vez que eles podem descrever, de forma mais factual, haja vista que todos os domicílios foram em tese entrevistados, um panorama das condições domiciliares da RMC. Todavia, vale ressaltar que tais fontes trabalham essencialmente com a unidade e conceito de domicílio e não necessariamente com a informação sobre a situação fundiária<sup>12</sup> do loteamento em si como a pesquisa “Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas”. Dessa forma, algumas aproximações e pressupostos são aqui tomados.

Antes, porém, cabe discorrer sobre os recortes e seleções aqui definidos, bem como, é claro, acerca dos motivos que estão por trás dos mesmos. Para tanto se faz necessária uma discussão, mesmo que geral e aproximada, sobre as definições de domicílio adotadas pelas pesquisas secundárias aqui utilizadas. Por exemplo, no Censo de 1991 considera-se domicílio:

*“[...] a moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos, com entrada privativa. Por extensão, edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estavam, na data do Censo, servindo de moradia, também foram considerados como domicílios”*

(DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 1991).

Há, ainda de acordo com este Censo, duas categorias mais gerais de domicílio; os a) particulares e os b) coletivos.

Os particulares são todos aqueles que serviam de “[...] moradia a uma, duas, ou no máximo cinco famílias, mesmo que estivesse localizado em estabelecimento industrial, comercial, etc. O prédio em construção onde residiam até cinco pessoas, embora sem laço de parentesco e/ou dependência doméstica, também foi considerado como

---

<sup>12</sup> Na verdade, poderíamos tomar algumas variáveis como aproximações mais ou menos fidedignas da situação fundiária. No entanto, não passam de *proxys* mais ou menos grosseiras e rudimentares. Por exemplo, no Censo Demográfico de 1991 a variável denominada VAR 0202 – “Localização”, de alguma forma capta situações de irregularidade. Contudo, trata-se, ao menos nesse caso, de uma definição pouco criteriosa que tem o recenseador como fiel da balança. É ele o responsável por dizer se aquele assentamento é ou não uma favela independentemente da conformação, morfologia, situação fundiária, etc.. Como bem se pode perceber, este procedimento leva a grandes desvios nos dados. É notória a subenumeração de domicílios e, conseqüentemente, indivíduos residentes em favelas (ou os ditos aglomerados subnormais) de acordo com os dados secundários dos Censos Demográficos brasileiros.

domicílio particular”<sup>13</sup> (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 1991).

Por sua vez, os coletivos são definidos como aqueles “[...] ocupados por grupo convivente e/ou família, na qual a relação entre os moradores se restringia à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência, como hotéis, pensões, recolhimentos, asilos, orfanatos, conventos, penitenciárias, quartéis, postos militares, navios, alojamentos de trabalhadores, etc.”<sup>14</sup> (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 1991).

Há ainda outra categorização de domicílios que para o presente estudo será fundamental, pois está intrinsecamente associada a aspectos materiais do entorno da moradia. Dessa forma, segundo os critérios do Censo Demográfico de 1991, os domicílios particulares foram subdivididos em a) permanentes ou b) improvisados. Permanentes são todos aqueles que se prestavam para fins residenciais/habitacionais; já os improvisados ao contrário, “[...] embora servissem de moradia na data do Censo, tal como os localizados em unidades (loja, fábrica, etc.) que não possuísem dependências destinadas exclusivamente à moradia, prédios em construção servindo de moradia a pessoal de obra, embarcações, carroças, vagões de estrada de ferro, tendas, barracas, grutas, etc.” (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 1991).

**Tabela 3 – Espécie do Domicílio – Total de Domicílios, Região Metropolitana de Campinas, 1991**

<b>Espécie do Domicílio</b>	<b>%</b>
<b>Particular Permanente</b>	97.8
<b>Particular Improvisado</b>	.2
<b>Coletivo</b>	1.9
	<b>Exp.</b> 483162
<b>Total</b>	<b>N.*</b> 48782
	<b>%</b> 100.0

**Fonte:** Censo Demográfico 1991. Elaboração própria.

(\*) Não há “missings”.

<sup>13</sup> Há ainda, de acordo com a Documentação dos Dados da Amostra – fornecido pelo IBGE, outras definições mais precisas e bem delimitadas sobre domicílios particulares acerca, por exemplo, de estâncias/fazendas, hospitais, cortiços, edifícios residenciais, etc.; não cabe, aqui contudo, uma discussão mais pormenorizada sobre estas definições. Para tanto ver o documento citado anteriormente.

<sup>14</sup> Também foi classificado como coletivo o domicílio particular ocupado por um grupo de seis ou mais pessoas sem relação de parentesco e dependência doméstica (grupo convivente) e aquele em que residiam seis ou mais famílias conviventes.



Para efeito da construção dos indicadores domiciliares os domicílios improvisados e coletivos foram excluídos do cômputo, uma vez que somados ambos representam pouco mais de 2% do total de unidades domiciliares da RMC em 1991. O enfoque, nesse sentido, se dará essencialmente sobre os domicílios particulares permanentes, posto que além de serem imensamente mais representativos em termos numéricos o são também frente as condições [ambientais e domiciliares] que aqui estamos tentando minimamente apreender. Em suma, ao descrevermos os domicílios particulares permanentes estamos apreendendo a quase totalidade da realidade da região. Ademais, mesmo sendo pouco representativos, caso os domicílios coletivos e improvisados não fossem excluídos da seleção aqui proposta haveria um número significativo de “*missing*” em outros quesitos que retratam a realidade do entorno imediato dos domicílios, visto que tais questões não se aplicam a eles; tal fato poderia gerar distorções/vieses nos indicadores a serem, mais à frente, construídos. A partir deste critério foram selecionados, para o Censo 1991, 472.701<sup>15</sup> particulares permanentes.

As definições acerca do domicílio em 2000 pouco se alteram em relação ao Censo de 1991. Exceção feita talvez a definição de domicílio coletivo. Enquanto em 1991 o domicílio coletivo era caracterizado por laços de parentesco ou familiaridade desde que com número superior a seis famílias conviventes; no Censo 2000 o domicílio coletivo é encarado exclusivamente como “[...] moradia onde o relacionamento entre os seus ocupantes é **restrita a normas de subordinação administrativa e ao cumprimento de normas de convivência...**” (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 2000 – o grifo é meu). Deve-se também a este motivo, até mesmo para fins comparativos, a exclusão desta categoria do Censo Demográfico de 1991, como trabalhado anteriormente.

Da mesma forma como ocorrido em 1991, as categorias improvisado e coletivo são pouco expressivas em 2000, neste caso, sequer correspondendo a 2% do total de domicílios. Assim, para este Censo, o montante de domicílios a ser aqui estudado é de 659.009 unidades<sup>16</sup>. Trata-se de um valor considerável, haja vista que, em aproximadamente 10 anos, 186.308 novas unidades foram criadas, ou seja, um incremento de 39,4%.

Parte substancial deste aumento deveu-se a incentivos de diferentes esferas, no caso, tanto provenientes da iniciativa privada, mas não menos importante, por parte do

---

<sup>15</sup> 47.745 domicílios particulares permanentes em valores não expandidos.

<sup>16</sup> 66.137 domicílios particulares permanentes em valores não expandidos. Já excluídos deste conjunto os domicílios improvisados e coletivos.

Estado (fosse ele municipal, estadual e federal) através de repasses essencialmente. Nesse sentido, as áreas metropolitanas mesmo com todos os seus “poréns” (violência e criminalidade, considerável distância e descompasso entre a díade moradia–trabalho, custo de vida elevado em comparação a cidades interioranas, etc.), ainda reside no imaginário como “o Eldorado”, ao menos neste caso, de moradia, visto que é para lá que os recursos convergem. Em suma, trata-se de um recorte territorial riquíssimo quando o intento é melhor compreender os processos de expansão urbana e redistribuição populacional.

Por estes mesmos motivos mais uma seleção será aqui feita; unicamente os domicílios urbanos, para ambos os períodos, serão aqui levados em consideração. Isto se deve, inicialmente, ao fato de ser neste ambiente [urbano] que grande parte dos processos (e mecanismos que os fomentam) que almejamos minimamente nos debruçar de fato ocorrem com mais força, se assim podemos dizer. Com isso não invalidamos a influência do rural nestes mesmos processos de estruturação do urbano, bem como o caminho inverso (ou seja, como o urbano também impacta o rural), mas partimos do pressuposto que o rural em uma região metropolitana com as características da RMC é deveras distinto do rural de outras regiões (GRAZIANO, 1996, 1997; VEIGA, 2002).

Dessa forma, para o Censo 1991, 451.919<sup>17</sup> é o total de domicílios a serem analisados. Já em 2000, este valor é de 641.510<sup>18</sup> domicílios (incremento de aproximadamente 42%).

Mas onde se deram os principais “saltos” de oportunidade de moradia dentro da RMC? Mapear tais “hotspots” pode indicar para possíveis áreas de expansão do mercado fundiário/habitacional (**TABELA 4**).

---

<sup>17</sup> Obtido a partir da variável VAR1061 – “Situação do Domicílio”. Somente domicílios permanentes (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 1991).

<sup>18</sup> Obtido a partir da variável V1006 – “Domicílio, Situação”. Somente domicílios permanentes (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 2000).

**Tabela 4 – Variação do Total de Domicílios Urbanos Permanentes segundo Municípios – Valores Absolutos e Relativos – Domicílios Urbanos Permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000**

<b>Total de Domicílios Urbanos Permanentes por Município</b>				
Municípios	Ano		Variação de Novos Domicílios Construídos 1991-2000 (Valores Relativos - %)	
	1991 (Valores Absolutos)	2000 (Valores Absolutos)		
Americana	39896	52364	31.3%	
Artur Nogueira	<b>3405</b>	<b>8272</b>	<b>142.9%</b>	
Campinas	218028	279076	28.0%	
Cosmópolis	8246	11886	44.1%	
Engenheiro Coelho	♦	1828	-	
Holambra	♦	1082	-	
Hortolândia	♦	40370	-	
Indaiatuba	<b>22884</b>	<b>39792</b>	<b>73.9%</b>	
Itatiba	13350	18182	36.2%	
Jaguariúna	4634	6994	50.9%	
Monte Mor	5439	9043	66.3%	
Nova Odessa	7892	11520	46.0%	
Paulínia	<b>7981</b>	<b>13628</b>	<b>70.8%</b>	
Pedreira	6773	9381	38.5%	
Santa Bárbara D'Oeste	34238	46318	35.3%	
Santo Antonio de Posse	2857	4057	42.0%	
Sumaré	<b>52883</b>	<b>52961</b>	<b>0.1%</b>	
Valinhos	15307	22237	45.3%	
Vinhedo	8106	12519	54.4%	
	<b>Exp.</b>	451919	641510	42.0%
<b>Total</b>	<b>N.*</b>	45533	64213	
	<b>%</b>	100	100	

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

♦ Municípios inexistentes em 1991. Na verdade, todos foram criados em 1993.

(\*) Não há "missings".

- o grifo é meu

Os dados são impressionantes. Praticamente todos os municípios apresentam valores de incremento do número de domicílios urbanos permanentes muito acima do que aquele da região (42%). Exceção feita justamente a tríade dos municípios mais expressivos (em termos econômicos e populacionais) da região: Campinas, Sumaré e Americana. Todos eles apresentaram aumento do mesmo tipo de domicílio, contudo, comparativamente a RMC com uma variação menos marcante do que o restante dos municípios.

Cabe ponderar, todavia, que são eles os municípios com os mais expressivos valores absolutos; diferentemente do que ocorre com os municípios cujo incremento foi de fato

notável. Por exemplo, é necessário relativizar o fato de o município Artur Nogueira ter mais do que dobrado o seu total de domicílios urbanos permanentes. Porém, o seu saldo positivo (em valores absolutos) é muito menor do saldo apresentado por Americana ou Campinas.

Situação diametralmente oposta é aquela apresentada por Sumaré, bem como por sua “filha mais nova”, Hortolândia. Partindo de uma análise superficial e até certo ponto descontextualizada, os dados sugerem que a criação de novos domicílios urbanos em Sumaré praticamente estagnou. Não é esta, porém, necessariamente a verdade. Em 1991, a região que viria a se tornar o município de Hortolândia ainda pertencia a Sumaré, já em 2000, os municípios já se encontravam separados. Nesse sentido, Sumaré perdeu grande parte de seus domicílios urbanos permanentes no momento em que Hortolândia foi emancipada; a variação de Sumaré pode ter sido muito maior do que a apresentada.

Dessa forma, para uma análise mais precisa e processual da situação domiciliar de ambos os municípios, eles merecem ser reagrupados. Nesse sentido, não nos reportaremos aqui tão somente ao município de Sumaré ou isoladamente ao de Hortolândia, mas sim a região/área Sumaré-Hortolândia.

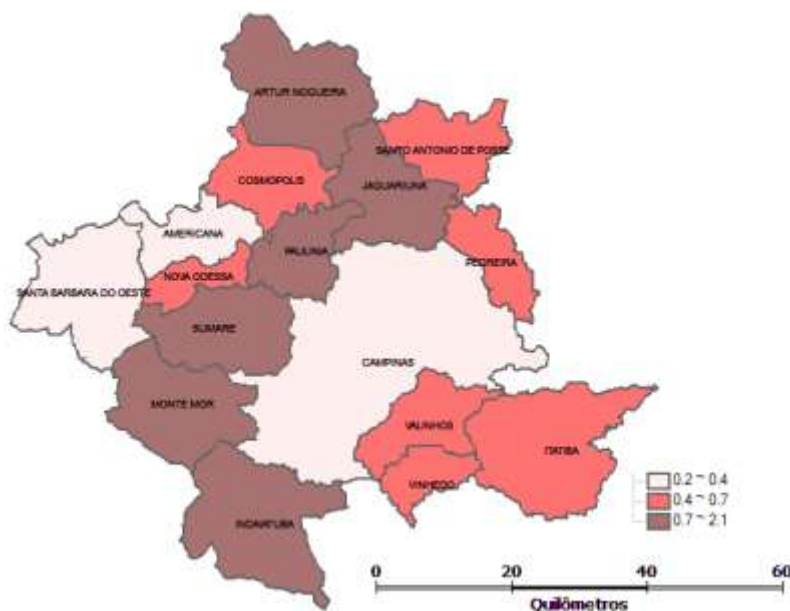
A partir deste artifício a região Sumaré-Hortolândia é a única dentre os municípios aqui ditos mais expressivos (que ainda incluem Campinas e Americana), ao menos em termos populacionais e econômicos, que possui um notável incremento (variação de 76,49%) dos domicílios urbanos permanentes. Um inequívoco vetor de expansão urbana e redistribuição populacional, na verdade, o mais importante vetor se considerarmos seus valores absolutos.

A região composta por Artur Nogueira e Engenheiro Coelho não fica atrás. Se os domicílios urbanos permanentes de ambos os municípios em 2000 forem computados como um único valor [mesmo artifício utilizado para Sumaré+Hortolândia para fins comparativos], sua variação no decênio foi de espantosos 196,62%.

A **Figura 2** ilustra a mesma variação de domicílios urbanos permanentes segundo municípios integrantes da RMC ao longo da década em questão. É possível depreender que são na atualidade os municípios limítrofes a sede os que mais incrementaram seu estoque habitacional. Deduz-se daí que são eles, no presente, os que mais intensamente estão crescendo populacionalmente, logo, os que mais estão sofrendo assédios especulativos. Se isto estiver de fato se concretizando são eles também os que mais estão recebendo fluxos populacionais, já que é muito pouco

provável que este crescimento seja vegetativo. Há que se ponderar, neste caso, a importância exercida por cada tipo de modalidade migratória. Se no passado movimentos de mais longa distância destinados prioritariamente a sede ou ao segundo escalão de municípios da região (leia-se Sumaré e Americana) foram majoritários, sendo que hoje são justamente estes mesmos municípios os que menos crescem, é possível que fluxos populacionais oriundos destes estejam se destinando aos municípios que mais crescem, em termos demográficos e habitacionais, na atualidade. Ou seja, está em curso um processo de redistribuição populacional pautado por movimentos migratórios mais localizados, tais como o intrametropolitana, e condicionados por processos de valorização do solo urbano<sup>19</sup>.

**Figura 2 – Variação do Estoque de Domicílios Urbanos Permanentes segundo Municípios – Total de Domicílios Urbanos Permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000**



**Fonte:** Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

Ainda com o intuito de discorrer sobre aspectos mais gerais relativos a questão fundiária e de habitação na RMC, vale à pena, mais uma vez trazer à tona o assunto mercado informal [tanto de terras como de habitação], agora a partir dos dados censitários. Em 1991, os domicílios pertencentes a categoria “aglomerado

<sup>19</sup> Outros elementos e aportes explicativos podem elucidar e complementar esta visão processual, dentre eles o conceito de curso de vida.

subnormal<sup>20</sup> correspondiam a 4.1% (18.620) do total de domicílios da região. Interessantemente, haja vista que o censo subsequente encontra-se em um momento de retomada econômica iniciado em 1994 com o controle da inflação e outras benéficas econômicas macro estruturais, em 2000<sup>21</sup>, a participação dos domicílios situados em aglomerados subnormais tem um ligeiro aumento em relação ao censo anterior, passando para 5,4% (34.602). Não é o principal objetivo deste artigo entender os pormenores deste ligeiro incremento, mesmo porque outras fontes de dados, bem como análises mais aprofundadas seriam para tanto necessárias, mas parece que o cenário, relativamente positivo, de então não foi de modo algum capaz de trazer para a formalidade fundiária/habitacional um extenso e numeroso conjunto de domicílios, logo, de indivíduos. Na verdade, pode se tratar de um agravamento das condições de desigualdade [sociais e do ambiente urbano] vivenciada pela população de modo geral e que encontra reverberações, inclusive, na questão habitacional.

Por fim, a partir das variações relativas e absolutas dos domicílios urbanos permanentes, é interessante notar que elas foram mais intensas justamente naqueles municípios ou vetores cujas proporções de loteamentos irregulares ou em vias de regularização são mais expressivas, ou seja, Sumaré-Hortolândia-Monte Mor e vetor Norte, culminando em Artur Nogueira-Engenheiro Coelho. A expansão extremamente mais intensa da “cordilheira da pobreza”, nesse sentido, pode carecer de qualidades de infraestrutura e serviços básicos. Ao passo que a “cordilheira da riqueza” cresce, mas menos intensamente do que esta última.

---

<sup>20</sup>Valor obtido através da variável VAR0202 – “Localização”. Definição de aglomerado subnormal de acordo com o Censo Demográfico 1991:

*“[...] para o domicílio localizado em casa ou apartamento de edifício que fizesse parte de um conjunto subnormal, também designado “assentamento informal”, como por exemplo: favela, mocambo, alagado, barranco de rio, etc..”.*

(DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 1991)

<sup>21</sup> Valor obtido através da variável V1007 – “Tipo do setor”. Definição de aglomerado subnormal de acordo com o Censo Demográfico 2000:

*Conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais;*

(DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 2000)

Contudo, até mesmo como gancho para o que mais à frente será melhor abordado, tão importante quanto elucidar os aspectos quantitativos ilustrados por meio do volume de moradias criadas nos municípios da RMC (e seus demais atributos – situação, localização, etc..) ao longo do período em questão, se faz também necessário discorrer sobre a qualidade dos domicílios. Indicadores de infra-estrutura urbana podem ser belas representações da realidade local. Ou seja, não basta que a atenção se volte unicamente para o montante de moradias criadas, mas é essencial que elas sejam dignas para aqueles que as virão a ocupar.

### 3. Construção de um Indicador do Entorno Domiciliar

*Afinal, morar bem importa*

#### 3.1. Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar

A construção de um índice e sua adoção no presente estudo não tem necessariamente por objetivo a elaboração de um indicador sintético inusitado, mas sim, ao menos nesse primeiro momento, se utilizar dele para investigar possíveis correlações com processos os processos de expansão urbana e redistribuição populacional da RMC no que tange principalmente a sua questão fundiária/habitacional conjugada a questão migratória.

Nesse sentido, o índice aqui proposto e utilizado é de fato simples ao tentar captar diferentes dimensões do entorno dos domicílios urbanos permanentes, tais como: rede de abastecimento de água e energia elétrica e rede de coleta de esgoto e lixo, essencialmente. Dessa forma:

$$i IED^{22} = \frac{1}{4} [RGA(\%)^{23} + RE(\%)^{24} + CL^{25} + REI^{26}(\%)]$$

---

<sup>22</sup> Onde:

*i IED* = Índice de Infra-Estrutura do Entorno Domiciliar;

*RGA* = Proporção de Domicílios Urbanos Permanentes atendidos por Rede Geral de Água;

*RE* = Proporção de Domicílios Urbanos Permanentes atendidos por Rede de Esgoto;

*CL* = Proporção de Domicílios Urbanos Permanentes servidos por Coleta de Lixo;

*REI* = Proporção de Domicílios Urbanos atendidos por Rede de Energia Elétrica.

<sup>23</sup> Para o Censo Demográfico 1991, foi utilizada a variável “VAR0205 – Abastecimento de Água”, mais especificamente sua primeira categoria, “REDE GERAL - quando o domicílio fosse servido de água proveniente de uma rede geral de abastecimento” (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 1991) como forma de descrever os domicílios atendidos por serviços de abastecimento de água institucionais (empresas, autarquias, governos, etc.); as demais categorias foram tomadas como indicadores de domicílios cujas necessidades de abastecimento de água estavam aquém daquelas de um domicílio urbano de uma região metropolitana do porte da de Campinas.

Já em relação ao Censo 2000, a variável utilizada foi a “V0207 – Abastecimento de Água, Origem”, neste caso, sua primeira categoria, “Rede Geral”, ou seja, “quando o domicílio, o terreno, ou a propriedade

A **Tabela 5**, abaixo, ilustra os níveis de abastecimento e coleta destas distintas esferas para todos os municípios integrantes da RMC para os anos de 1991 e 2000.

---

onde ele está localizado é servido de água ligada à rede geral de abastecimento” (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 2000). Assim como em 1991, as demais categorias (poço, nascente ou outra) foram tomadas como indicadores de domicílios cujas necessidades de abastecimento de água estavam aquém daquelas de um domicílio urbano de uma região metropolitana do porte da de Campinas.

<sup>24</sup> Tendo em vista o Censo Demográfico 1991, foi utilizada a variável “VAR0206 – Instalação Sanitária”, mais especificamente sua categoria de número 1, ou seja, “REDE GERAL” (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 1991); as demais categorias foram tomadas como representação de domicílios que não eram atendidos ou cujas necessidades não eram minimamente atendidas. Já em relação ao Censo 2000, a variável utilizada foi a “V0211 - Esgotamento Sanitário, Forma”, neste caso, sua primeira categoria, “Rede Geral”, ou seja, “quando a canalização das águas servidas e dos dejetos provenientes do banheiro ou sanitário é ligada a um sistema de coleta que os conduza a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada” (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 2000). Assim como em 1991, as demais categorias (fossa séptica, fossa rudimentar, vala, rio/lago ou mar ou outro escoadouro) foram tomadas como indicadores de domicílios cujas necessidades de abastecimento de água estavam aquém daquelas de um domicílio urbano de uma região metropolitana do porte da de Campinas.

<sup>25</sup> Com relação ao Censo Demográfico 1991, foi utilizada a variável “VAR0214 – Destino do Lixo”, a partir da agregação das suas duas primeiras categoriais (1 – Coletado Diretamente e 2 – Coletado Indiretamente) como forma de descrever aqueles domicílios urbanos minimamente atendidos por serviços de coleta prestados por empresas públicas ou privadas; as demais categorias foram tomadas como representação de situações de precariedade, insuficiência ou inexistência do serviço de coleta e destinação dos resíduos sólidos (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 1991).

Já em relação ao Censo 2000, a variável utilizada foi a “V0212 – Lixo, Destino”, neste caso, a partir da agregação das suas duas primeiras categorias (1 – Coletado por Serviço de Limpeza : quando o lixo do domicílio é coletado diretamente por serviço de empresa pública ou privada; e 2 – Caçamba do Serviço de Limpeza: quando o lixo do domicílio é depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada). Assim como em 1991, as demais categorias (queimado, enterrado, terreno baldio ou logradouro, jogado em rio/lago ou mar ou outro destino) foram tomadas como indicadores de domicílios cujas necessidades de abastecimento de água estavam aquém daquelas de um domicílio urbano de uma região metropolitana do porte da de Campinas (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 2000).

<sup>26</sup> Para o Censo Demográfico 1991, foi utilizada a variável “VAR0221 – Iluminação”, também a partir da agregação das suas duas primeiras categorias (para fins comparativos em relação ao Censo 2000), 1 - “ELÉTRICA COM MEDIDOR - para o domicílio que possuísse iluminação elétrica, proveniente ou não de uma Rede Geral, com medidor ou relógio que registrasse o consumo exclusivo do domicílio e 2 - “ELÉTRICA SEM MEDIDOR - para o domicílio que possuísse iluminação elétrica, proveniente ou não de uma Rede Geral, não tendo medidor ou relógio para registrar o consumo exclusivo do domicílio”; (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 1991); as demais categorias foram tomadas como indicadores de domicílios cujas necessidades no tocante ao abastecimento de energia elétrica não eram devidamente supridas tendo em vista o contexto metropolitano. Já em relação ao Censo 2000, a variável utilizada foi a “V0213 – Iluminação Elétrica, Existência”, esta variável somente atesta a existência (ou não) de energia elétrica independentemente se há ou não medidor/relógio exclusivo para o domicílio. Por este motivo as duas primeiras categorias da variável que capta tal característica domiciliar foram reagrupadas no Censo 1991 (DOCUMENTAÇÃO DOS DADOS DA AMOSTRA, CENSO DEMOGRÁFICO, 2000).



**Tabela 5 – Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar segundo Municípios – Domicílios Urbanos Permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000**

Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar										
Municípios	1991					2000				
	RGA (%)	RE (%)	DE (%)	REI (%)	<i>i IED</i>	RGA (%)	RE (%)	DE (%)	REI (%)	<i>i IED</i>
Americana	0.9660	0.9324	0.9707	0.9912	0.9651	0.9789	0.9403	0.9963	0.9996	0.9788
Artur Nogueira	0.9953	0.9645	0.9959	1.0000	0.9889	0.9790	0.9780	0.9924	0.9975	0.9867
Campinas	0.9513	0.8533	0.9699	0.9949	0.9423	0.9733	0.8680	0.9890	0.9991	0.9573
Cosmópolis	0.9388	0.7122	0.9580	0.9945	0.9009	0.9870	0.9207	0.9950	0.9976	0.9751
Engenheiro Coelho*	-	-	-	-	-	0.9639	0.9687	0.9869	0.9962	0.9789
Holambra*	-	-	-	-	-	0.8780	0.8318	0.9806	1.0000	0.9226
Hortolândia*	-	-	-	-	-	0.9727	0.0436	0.9948	0.9998	0.7527
Indaiatuba	0.9851	0.8957	0.9865	0.9993	0.9667	0.9419	0.9194	0.9876	1.0000	0.9622
Itatiba	0.9320	0.8942	0.9545	0.9984	0.9448	0.9911	0.9640	0.9976	1.0000	0.9882
Jaguariúna	0.9851	0.9198	0.9726	1.0000	0.9694	0.9794	0.9578	0.9939	1.0000	0.9828
Monte Mor	0.8768	0.4258	0.8651	0.9770	0.7862	0.9679	0.4512	0.9863	0.9978	0.8508
Nova Odessa	0.9743	0.9624	0.9811	1.0000	0.9794	0.9817	0.9786	0.9990	1.0000	0.9898
Paulínia	0.9414	0.8351	0.9545	0.9956	0.9316	0.9660	0.8571	0.9836	1.0000	0.9517
Pedreira	0.9579	0.9188	0.9489	1.0000	0.9564	0.9849	0.9635	0.9945	1.0000	0.9857
Santa Bárbara d'Oeste	0.9803	0.9742	0.9776	0.9964	0.9821	0.9936	0.9779	0.9925	0.9983	0.9906
Santo Antônio de Posse	0.9328	0.0290	0.9279	0.9993	0.7223	0.9778	0.1903	0.9808	0.9936	0.7856
Sumaré	0.9043	0.3137	0.9519	0.9932	0.7908	0.9759	0.7871	0.9867	0.9975	0.9368
Valinhos	0.8769	0.8422	0.9119	0.9976	0.9072	0.8963	0.8627	0.9833	1.0000	0.9356
Vinhedo	0.9076	0.7898	0.9204	0.9968	0.9036	0.9493	0.7676	0.9837	1.0000	0.9251
<b>Total*</b>	<b>0.9469</b>	<b>0.7993</b>	<b>0.9641</b>	<b>0.9950</b>	<b>0.9263</b>	<b>0.9711</b>	<b>0.8238</b>	<b>0.9901</b>	<b>0.9991</b>	<b>0.9460</b>

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

♦ Municípios inexistentes em 1991. Na verdade, todos foram criados em 1993.

(\*) Não há "missings".

De modo geral, é sensível o incremento nas condições de moradia e principalmente acesso a serviços e infraestrutura básicos na região como um todo. Em todas as dimensões (fossem elas quais fossem: água, esgoto, lixo e energia elétrica) há um progressivo aumento da proporção de domicílios irrigados pelos seus sistemas de abastecimento/coleta (fossem eles públicos ou privados).

Se, de acordo com um contexto mais geral, há melhora nas condições de infraestrutura domiciliar na RMC ao longo do período (de aproximadamente 2%), quais são os municípios que despontam neste cenário? Seriam eles os mesmos cujas unidades domiciliares mais se incrementaram em termos absolutos no período (TABELA 6)?

**Tabela 6 – Variação Percentual do Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar – Domicílios Urbanos Permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000**

Variação do Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar		
Municípios	Variação do IED (% 1991-2000)	Variação de Novos Domicílios Construídos (% 1991-2000)
Americana	1.417%	31.3%
Artur Nogueira	<b>-0.369%</b>	<b>142.9%</b>
Campinas	1.595%	28.0%
Cosmópolis	<b>8.239%</b>	44.1%
Engenheiro Coelho♦	-	-
Holambra♦	-	-
Hortolândia♦	-	-
Indaiatuba	<b>-0.458%</b>	<b>73.9%</b>
Itatiba	<b>4.594%</b>	<b>36.2%</b>
Jaguariúna	0.545%	50.9%
Monte Mor	<b>8.218%</b>	<b>66.3%</b>
Nova Odessa	1.061%	46.0%
Paulínia	<b>2.148%</b>	<b>70.8%</b>
Pedreira	3.065%	38.5%
Santa Bárbara d'Oeste	0.859%	35.3%
Santo Antônio de Posse	<b>8.773%</b>	<b>42.0%</b>
Sumaré	<b>8.400%</b>	<b>0.1%</b>
Valinhos	3.134%	45.3%
Vinhedo	2.378%	54.4%
<b>Total</b>	<b>2.129%</b>	<b>42.0%</b>

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

♦ Municípios inexistentes em 1991, na verdade todos foram criados em 1993, cujos valores foram reagrupados as suas ex-sedes municipais.

(\*) Não há "missings".

- o grifo é meu.

Como constatado na **Tabela 6** (logo acima), há significativas melhoras nas condições de infraestrutura e acesso a serviços em municípios como: Santo Antonio de Posse, Cosmópolis, Monte Mor, Sumaré (todos na casa dos 8%) e Itatiba (com aproximadamente 4,6%). Na contramão deste processo de qualificação das infraestruturas urbanas estão os municípios de: Artur Nogueira e Indaiatuba (com variação do **i IED** negativa), e outros tantos cuja variação foi praticamente estável.

É preciso, no entanto, ponderar o resultado de Sumaré. Seu **i IED** expressivamente positivo só foi alcançado a partir da emancipação de Hortolândia, ou seja, do desmembramento de seu grande bolsão de pobreza e passivo fundiário/habitacional. Tanto assim o é que Hortolândia apresenta o pior **i IED** de toda a RMC, 75,27% para ser mais preciso. Por sua vez, Sumaré apresenta uma melhora nas condições

domiciliares de aproximadamente 18,5% (18,463% para ser mais preciso). Parece, portanto, que a concentração de investimentos em infraestrutura sempre se deu prioritariamente em Sumaré, haja vista que a emancipação de Hortolândia “expurgou” parte de seus problemas desta municipalidade. Na verdade, foi este um dos grandes motivos da melhora do seu **i IED**. Ou seja, seria imaturo pensar que este incremento vivenciado nas condições de moradia de Sumaré se deveu unicamente aos esforços do seu poder público municipal em disseminar estas oportunidades e serviços a um grande conjunto de domicílios sumareenses.

Mesmo os resultados de Monte Mor precisam ser relativizados. Isto, pois mesmo a variação de seu **i IED** tendo sido positiva e expressiva, ela ainda beira os 85% em 2000, ou seja, muito aquém do restante da região (só superior ao **i IED** de Hortolândia e Santo Antonio de Posse para o mesmo período).

Situação distinta parece ser a de Indaiatuba. Pelo menos em teoria, todos os seus loteamentos são regularizados ao passo que é um dos municípios que mais incrementaram seu estoque habitacional (aproximadamente 74%). O que poderia explicar a queda do seu **i IED**?

As explicações aqui ventiladas tratam-se de suposições, uma vez que são necessários estudos mais aprofundados da realidade de cada um dos municípios, tarefa esta que não é nosso principal objetivo. Ainda assim, são diversos os fatores que poderiam repercutir diretamente no índice. No caso de Indaiatuba a queda sentida no seu índice se deveu a também queda na rede de abastecimento de água. Tal fato não quer necessariamente dizer que a queda no percentual de domicílios atendidos por rede de geral de abastecimento se deva a piores condições, mas talvez a um número crescente de outras formas de se alcançar este serviço, por exemplo, por meio da perfuração de poços artesianos. Estes, por sua vez, são muito mais representativos de um determinado padrão de ocupação, leia-se condomínios (inclusive, os de chácaras de recreio), do que de assentamentos precários devido ao seu alto custo de implementação. Parece que tal explicação encontra algum respaldo ao se considerar que a variação no grau de urbanização de Indaiatuba foi um dos mais elevados para o período em questão (7,5% aproximadamente), ou seja, parece que a perfuração de poços supriu uma demanda por infraestrutura em áreas donde a rede de abastecimento não chega e que o poder público não tem lá muito interesse que de fato cheguem se outros conseguirem realizar tal tarefa por eles.

Tais inferências estão em consonância com o que apontam Caiado e Pires (2006), onde segundo técnicas próprias<sup>27</sup>:

*“Esse padrão de loteamento de baixa renda não se estende à Indaiatuba. Neste município, na divisa com Campinas, há um predomínio de chácaras de recreio e moradia. [...] Tem mantido altas taxas de crescimento populacional, crescimento que parece acomodado em áreas de urbanização formal, uma vez que não há favelas no município, [...]”.*

(CAIADO; PIRES, 2006; p.292 e 294)

Descartando Indaiatuba pelos motivos explicitados acima, Hortolândia continua, portanto, a ser o destino de grande parte daqueles que não conseguem arcar com os custos de vida e de moradia na sede ou em outros municípios cujo solo e a moradia são mais valorizados. Há uma certa novidade no fato de Artur Nogueira compor o outro destino preferencialmente visado por este grupo populacional.

Desse modo, alguns municípios que muito expandiram seu montante de novas unidades domiciliares não o fizeram com qualidade, fato que repercute diretamente no valor da terra e da moradia e, é claro, nos fluxos populacionais que aí se destinam. Não por acaso, que são eles os mesmos municípios que mais incrementaram seus estoques habitacionais, mas com considerável percentual de seus loteamentos sendo irregulares.

Como seria de se supor, há grande heterogeneidade internamente à RMC. Poderíamos aqui discorrer sobre outros casos e exemplos de municípios e processos e motivos de seus crescimentos – muitas vezes desigual –, mas que a literatura já realizou com primor.

O que é mais ou menos plausível auferir é que a discrepância ou descompasso entre o índice do entorno domiciliar e a variação de novos domicílios urbanos entre municípios possivelmente aponta para fenômenos e processos tipicamente urbanos, como por exemplo, processos de segregação residencial (para não dizer socioespacial) entre localidades, ou seja, para diferenças estruturais entre as mesmas que funcionariam como motores da migração, especialmente a intrametropolitana. Deste raciocínio é derivado outro, qual seja: que a população que de fato se direciona e se apropria desses espaços é distinta entre si.

---

<sup>27</sup> Fotos de satélite e sensoriamento remoto, essencialmente.

#### **4. Possíveis correlações entre migração intrametropolitana e o Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar**

*Diferenças estruturais do território como motores da migração intrametropolitana*

Cunha et alii. (2006) apontam e demonstram a intensificação dos movimentos intrametropolitanos em detrimento da relevância dos movimentos de longa distância de décadas anteriores. Por certo que este momento de inflexão repercute também, senão no modo de ocupação, em um outro processo que pensamos ser mais geral e que engloba este primeiro, no caso, o de expansão urbana. Ou seja, mais do que concentração populacional na tríade Campinas, Sumaré e Americana, o que vemos no momento é um processo de redistribuição da população no interior do território metropolitano a partir desta mesma, onde a presença ou ausência de infraestruturas básicas, moradias a preços acessíveis, bem como o processo de valorização e especulação fundiária exercem importante papel, sendo os movimentos migratórios intrametropolitanos uma das suas externalidades mais apreensíveis.

Tanto assim o é que de um total de 51.957 migrantes intrametropolitanos de acordo com o Censo Demográfico de 1991, passa-se para um total de 64.543 em 2000. É bem verdade, que o aumento deste volume se deve a criação de três novos municípios dentro da década em questão (Engenheiro Coelho, Holambra e Hortolândia, como comentado anteriormente), ou seja, a fluxos antes não apreendidos entre, por exemplo, Sumaré e Hortolândia, Holambra e Jaguariúna, ou ainda, Engenheiro Coelho e Artur Nogueira.

**Tabela 7 – Saldo Migratório segundo Modalidades Migratórias – Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000**

Municípios	Saldo Migratório segundo Modalidades Migratórias											
	1991						2000					
	Conjunto dos Migrantes			Intrametropolitanos			Conjunto dos Migrantes			Intrametropolitanos		
	I♣	E♠	SM♥	I	E	SM	I	E	SM	I	E	SM
Americana	18957	17932	1025	2002	11364	-9362	19079	17277	1802	5588	7204	-1616
Artur Nogueira	6123	903	5220	1213	356	<b>857</b>	7131	1896	5235	2264	423	<b>1841</b>
Campinas	92127	69129	22998	5046	25032	-19986	90539	89413	1126	9226	27712	-18486
Cosmópolis	6588	1515	5073	1324	717	607	5710	2805	2905	740	1171	-431
Eng.Coelho ♦	-	-	-	-	-	-	2494	785	1709	303	330	-27
Holambra ♦	-	-	-	-	-	-	1150	1114	36	463	731	-268
Hortolândia ♦	-	-	-	-	-	-	30585	5908	24677	13416	3276	10140
Indaiatuba	20478	4014	16464	1141	746	<b>395</b>	24245	7045	17200	2345	1260	<b>1085</b>
Itatiba	7696	3036	4660	277	645	-368	9989	4490	5499	640	584	56
Jaguariúna	4354	1912	2442	1433	1207	226	4922	1831	3091	1060	850	210
Monte Mor	7815	1923	5892	2161	994	1167	5784	2346	3438	1782	1149	633
Nova Odessa	7746	2796	4950	2692	1824	868	6465	2732	3733	2727	1609	1118
Paulínia	6584	1909	4675	2086	1209	877	8276	3032	5244	2307	1413	894
Pedreira	2218	1215	1003	283	373	-90	3473	1553	1920	542	263	279
Sta Bárbd.Oeste	30624	3805	26819	8641	1068	7573	18044	10300	7744	4779	4718	61
Sto Ant.Posse	1954	1053	901	455	492	-37	1827	1040	787	421	474	-53
Sumaré	61266	6097	55169	20063	3031	17032	32124	13593	18531	10296	7165	3131
Valinhos	8819	3883	4936	2061	2094	<b>-33</b>	11671	4704	6967	4344	2354	<b>1990</b>
Vinhedo	5296	1842	3454	1079	805	274	7872	3539	4333	1300	1857	-557

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

♦ Municípios inexistentes em 1991, na verdade todos foram criados em 1993.

♣ Valores absolutos de imigrantes.

♠ Valores absolutos de emigrantes.

♥ Saldo migratório (SM=I-E).

Não por acaso, os municípios com substantivos saldos migratórios intrametropolitanos também são aqueles cujos estoques de unidades domiciliares se incrementaram consideravelmente. Na verdade, nada mais óbvio, haja vista que a construção de novas unidades visa dar guarida e este novo e expressivo contingente populacional.

Vide o caso de Artur Nogueira, de um saldo migratório [intrametropolitano] positivo de 857 indivíduos, passa-se, em 2000, para 1841, sendo que seu índice de infraestrutura do entorno domiciliar piorou no mesmo período.

Outro caso notável é aquele vivenciado por Valinhos. Em 1991, seu saldo migratório [intrametropolitano] foi negativo (-33 indivíduos), indicando que este era um município onde as forças centrífugas agiam mais fortemente. Já em 2000, ao contrário, seu saldo é extremamente positivo, passando para 1990 imigrantes intrametropolitanos. Ou seja, de uma área de repulsão, torna-se área de atração populacional, cujos fluxos estão fortemente vinculados a Campinas e a criação de condomínios fechados para grupos de média e alta renda.

Por ter sido criado em 1993, os saldos migratórios de Hortolândia não podem ser calculados antes desta data<sup>28</sup>, ou seja, pelo menos para o período pré 93 os dados de Hortolândia e os de Sumaré são um só. Mesmo sendo impossível a comparação e análise de seus dados migratórios por meio de uma série histórica mais longa, em 2000, Hortolândia apresenta o maior e mais expressivo saldo migratório positivo da RMC com a chegada de 10.140 novos indivíduos intrametropolitanos.

O segundo colocado no ranking em termos absolutos é o município de Sumaré, já que, em 2000, 3.131 imigrantes intrametropolitanos aí aportaram. Contudo, este número já foi mais expressivo, tanto assim o é que, em 1991, seu saldo migratório foi de 17.032. Fato este que nos leva a crer que a queda sentida no seu saldo migratório foi assim tão abrupta, pois grande parte dos seus imigrantes já se direcionavam, desde então, para o que, no futuro, seria o município de Hortolândia.

Se até o momento, nos ativemos as principais áreas de destino, qual foi a principal área de repulsão/origem de fluxos populacionais em ambos os períodos? Sem sombra de dúvidas, Campinas. Se em 1991, os movimentos imigratórios de mais longa distância “mascaravam” a alta emigração proveniente de Campinas, em 2000, isto não mais ocorre, uma vez que emerge neste novo cenário os próprios movimentos intrametropolitanos. É bem verdade, que isto só se deveu a leve desaceleração de movimentos imigratórios de longa distância e a intensificação de movimentos emigratórios [de retorno, principalmente].

O fato novo aqui discutido reside na incorporação do **i IED**; este sugere, como comentado na seção anterior, que a composição do fluxo populacional em muito difere entre si, apontando para desigualdades estruturais entre os municípios integrantes da RMC, numa espécie de analogia ao proposto por Singer (1982) para suas áreas de origem e destino. O que aqui se discute é que o mercado de terras e casas, bem os processos urbanos daí derivados (valorização e especulação fundiária e habitacional, essencialmente), são um dos seus principais condicionantes.

Não é casual, portanto, que em um país tão desigual e em um recorte territorial que concentra boa parte da pobreza urbana, que o município que possui o mais notável saldo migratório positivo e intrametropolitano (10.140) em 2000 seja aquele que apresenta também as piores condições de acesso a infraestruturas urbanas básicas (0,7527): Hortolândia.

---

<sup>28</sup> A não ser por estimativas indiretas.

O exemplo da própria Campinas é emblemático neste sentido. Mesmo seu índice de infraestrutura domiciliar tendo variado positivamente ao longo do período (+1,595%), ela é um dos municípios cujo este mesmo índice é um dos que mais podem ainda avançar (95,73%). Ou seja, mesmo sendo um município extremamente rico, Campinas ainda possui os seus grotões de pobreza, com os quais ainda não consegue lidar muito bem.

Se o índice pode vir a ser uma boa medida, ou no mínimo indício, de diferenças estruturais relativas a questão do entorno domiciliar e, quiçá, de processos como o de especulação fundiária, cabe discorrer minimamente sobre a composição do fluxo migratório, a fim de validar esta primeira pressuposição. Afinal, se os diferenciais entre municipalidades de fato existem, possivelmente seus mercados fundiários se voltam para específicos estratos ou grupos populacionais, donde a renda será determinante (TABELA 8).

**Tabela 8 – Renda Domiciliar per Capita em Salários Mínimos segundo Específicas Municipalidades – Valinhos, Hortolândia, 2007**

<b>Valinhos</b>				
<b>Renda Domiciliar per Capita em Salários Mínimos</b>				
<b>Condição Migratória</b>	<b>até 1 SM</b>	<b>mais de 1 até 5 SM</b>	<b>mais de 5 SM</b>	<b>Total</b>
<b>Intrametropolitanos</b>	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
<b>Exp.</b>	15894	44164	3312	63370
<b>Valores♥ N.</b>	29	72	7	107
<b>Hortolândia</b>				
<b>Condição Migratória</b>	<b>até 1 SM</b>	<b>mais de 1 até 5 SM</b>	<b>mais de 5 SM</b>	<b>Total</b>
<b>Intrametropolitanos</b>	71,28%	27,30%	1,42%	100,00%
<b>Exp.</b>	68478	25359	621	94458
<b>Valores♠ N.</b>	206	76	1	283

Fonte: Projeto Vulnerabilidade, 2007. Elaboração própria.

♥Missing: 30 (em valores expandidos: 16055.76)

♠Missing: 195 (em valores expandidos: 62452.47)

Tomamos como exemplo dois municípios cujos saldos migratórios intrametropolitanos foram notadamente positivos: Valinhos e Hortolândia. Enquanto, Hortolândia apresenta um **i IED** de aproximadamente 75%, Valinhos, também em 2000, apresenta um índice de aproximadamente 94% e cuja variação entre 1991 e 2000 foi de 3,13%. Quase uma década depois (em 2007) aproximadamente 71% dos migrantes



intrametropolitanos de Hortolândia tinham renda domiciliar per capita média de até um salário mínimo, enquanto que a totalidade dos migrantes intrametropolitanos de Valinhos enquadravam-se dentro na faixa entre 1 e 5 salários mínimos [de renda domiciliar per capita].

É bem verdade que, a fim de ilustrar como a infraestrutura é determinante no valor do solo urbano e como esta é condicionante fundamental dos movimentos migratórios intrametropolitanos, foram aqui escolhidos os dois extremos da realidade fundiária e habitacional da RMC.

Mas, talvez mais importante do que a constatação de diferenciais estruturais entre as municipalidades da região, é a constatação que o índice é uma boa pista de processos de valorização do solo e das moradias urbanas, logo, dos tipos de fluxos populacionais que entram e saem destes territórios ao longo do tempo.

### **À guisa das conclusões**

O presente estudo sempre esteve preocupado em se questionar sobre possíveis correlações entre o mercado de terras/fundiário - moradias/habitacional com a redistribuição espacial da população da metrópole por meio de seus fluxos populacionais intrametropolitanos. Nesse sentido, a construção do Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar parece ter sido uma ferramenta essencial na compreensão destes possíveis nexos.

Desse modo, partimos do pressuposto, embasados na literatura sobre o assunto - como os trabalhos de Cunha (1994), Rigotti e Rodrigues (1994), Jakob (2003), Cunha et alii. (2006) e Caiado e Pires (2006), uma vez que eles são enfáticos ao afirmar que este tipo de mercado é um relevante condicionante do processo migratório intrametropolitano -, que os índices não são determinantes no direcionamento dos fluxos migratórios intrametropolitanos para determinados municípios; mas sim que eles indicam diferenças, muitas vezes estruturais, entre as municipalidades da RMC e são estas diferenças um dos principais “motores” que fomentam os fluxos migratórios intrametropolitanos.

Os dados reiteram achados de outros estudos, como por exemplo, a definição de “cordilheira da pobreza” e “da riqueza” (CUNHA et alii. 2006). No entanto, os dados aqui apresentados parecem demonstrar, ou no mínimo dão indícios, que a “cordilheira

da pobreza” é um pouco mais alongada do que se pressupunha, abarcando parte da região Norte da RMC, aí sendo incorporando o município de Artur Nogueira.

Há, é claro, outros cenários, como aquele ilustrado pelo município de Santa Bárbara D’Oeste, cujas diferenças estruturais propiciando vinculações diretamente com a periferia e não necessariamente com a sede da região. Ou seja, Santa Bárbara como a periferia de um subcentro (de Americana, no caso).

É esta espécie de auréola em torno da sede que se inicia em Monte Mor (Sul) e culmina em Artur Nogueira (Norte) aquela cuja variação de novos domicílios urbanos permanentes é maior ao longo do decênio. É ela também que possui os maiores percentuais de loteamentos irregulares ou em vias de regularização, logo, seus índices são também os piores da RMC.

Ou seja, o crescimento, que abarca tanto o processo de expansão urbana, como de redistribuição populacional, destes municípios deixa muito a desejar, haja vista que ele não se deu com qualidade.

Interessantemente foi este conjunto de municípios aqueles que mais receberam migrantes intrametropolitanos. Não queremos conduzir o leitor com isto a crer que foram os fluxos populacionais intrametropolitanos os responsáveis pela deterioração da qualidade de infraestrutura destes municípios. Na verdade, longe disto, eles [municípios] historicamente foram aqueles que sempre apresentaram piores indicadores e índices. Nesse sentido, suas explicações escapam a esta simples causalidade, remontando processos histórico-estruturais, onde o processo de especulação e segregação urbana atuam fortemente.

Tal constatação apenas reitera o pressuposto inicial do presente estudo; o **IED** como instrumento de apreensão de diferenças histórico-estruturais entre áreas de origem e destino internas à região, donde o mercado de terras e habitação é um dos principais condicionantes dos movimentos migratórios intrametropolitanos, bem como de sua seletividade migratória.

## Referências Bibliográficas

- BONDUKI, N. J.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p. 275-304.
- CANO, W. Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005. São Paulo: Unesp, 2008.
- CUNHA, J. M. P. (org.) **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, Núcleo de Estudos de População / UNICAMP, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-UNICAMP, Campinas, 1994.
- CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E.; YOUNG, A. F. Dinâmica demográfica intrametropolitana na Região Metropolitana da Baixada Santista, no período pós-1970. IN: CUNHA, J. M. P. (org.) **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, Núcleo de Estudos de População / UNICAMP, 2006.
- CUNHA, J.M.P et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. CUNHA, J.M.P. (org), **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP:NEPO/UNICAMP, 2006.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1997. (Coleção Ponta, 5).
- \_\_\_\_\_. A teoria da crise e a reestruturação socioespacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Org.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.
- GRAZIANO, J. et alli. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. In: **São Paulo em Perspectiva**, 10: 60-73. São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. O Novo Rural Brasileiro. Nova Economia. In: **Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**, BH, v. 7, nº 1, maio, 1997.
- JAKOB, A. A. E. **Análise sócio-demográfica da Constituição do Espaço Urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. Campinas, tese de doutoramento, IFCH/Unicamp, 2003.
- JAKOB, A. A. E.; CUNHA, J. M. P.; YOUNG, A. F. Riqueza à beira-mar, pobreza longe da maresia: um retrato da segregação social na Região Metropolitana da Baixada Santista, nos anos 1990. IN: CUNHA, J. M. P. (org.) **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, Núcleo de Estudos de População / UNICAMP, 2006.
- MARICATO, E. Planejamento urbano no Brasil; as idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. B.; VAINER, C.; \_\_\_\_\_. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NEGRI, B. Desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990). **Anais do XXI Encontro Nacional de Economia**, Campos do Jordão, 1992.
- RIGOTTI, J.I. e RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1994.
- SANTOS, A. P. R. **Praia Grande no contexto do processo de metropolização da Baixada Santista: mobilidade populacional e diversidade socioespacial**. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- SILVA, R. B. **Vulnerabilidades e mobilidade pendular na Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.).

**Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

VEIGA, J. E. da. Cidades Imaginárias. In: **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula,** Campinas, Ed. Autores Associados, 2002.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp/ Lincon Institute, 2000.